Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

18/12/2014

comunicação
& informação

INDICE

1. AÇÕES TJMA
   1.1. JORNAL AQUI..... 1
2. CASAMENTO COMUNITÁRIO
   2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO..... 2
3. COMARCAS
   3.1. JORNAL PEQUENO..... 3
4. DECISÕES
   4.1. JORNAL AQUI..... 4 - 5
   4.2. JORNAL ATOS E FATOS..... 6
   4.3. JORNAL CORREIO BRAZILIENSE..... 7
   4.4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS..... 8 - 9
   4.5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO..... 10
   4.6. JORNAL EXTRA..... 11 - 12
   4.7. JORNAL O DEBATE..... 13
   4.8. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO..... 14
   4.9. JORNAL O IMPARCIAL..... 15 - 16
   4.10. JORNAL O PROGRESSO..... 17
   4.11. JORNAL O QUARTO PODER..... 18 - 19
   4.12. JORNAL PEQUENO..... 20 - 24
   4.13. O GLOBO..... 25 - 26
5. DESEMBARGADOR
   5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO..... 27 - 30
   5.2. JORNAL O DEBATE..... 31
   5.3. JORNAL O IMPARCIAL..... 32 - 34
   5.4. JORNAL PEQUENO..... 35 - 37
6. ORÇAMENTO
   6.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO..... 38 - 39
   6.2. JORNAL EXTRA..... 40 - 41
   6.3. JORNAL O DEBATE..... 42 - 44
   6.4. JORNAL O IMPARCIAL..... 45
   6.5. JORNAL O QUARTO PODER..... 46
   6.6. JORNAL PEQUENO..... 47
7. PONTO FACULTATIVO / FERIADO
   7.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO..... 48 - 49
8. SEM ASSUNTO
   8.1. JORNAL PEQUENO..... 50
9. VARA CRIMINAL
   9.1. JORNAL ATOS E FATOS..... 51
   9.2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO..... 52 - 53
   9.3. JORNAL O IMPARCIAL..... 54 - 57
   9.4. JORNAL PEQUENO..... 58 - 59
10. VARA CÍVEL
   10.1. JORNAL PEQUENO..... 60

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

SÃO LUÍS

Estudantes recebem visita do Papai Noel dos Correios

Escolas da rede municipal de ensino de São Luís foram contempladas este ano com a Campanha "Papai Noel dos Correios", desenvolvida há 25 anos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A campanha mobiliza todos os anos milhares de pessoas para doarem um presente de Natal às crianças carentes que escrevem para o Papai Noel. Cerca de 800 crianças, a maioria da Educação Infantil, foram atendidas.

A primeira instituição a aderir à campanha foi o Tribunal de Justiça do Maranhão que promoveu uma articulação entre os servidores para adotar cem cartinhas de estudantes da creche Honório Odorico Ferreira, situada no Tajipuru, zona rural de São Luís. Na Unidade de Educação Básica (U.E.B.) Araripina de Alencar Fecury, do Bairro de Fátima, todas as 74 cartinhas foram adotadas e foi feita uma surpresa aos estudantes. Também foram contempladas com a campanha as Unidades de Educação Básica Oliveira Roma e Major José Augusto Mochel. Outras 418 crianças das U.E.B. Tiradentes, na Vila Maranhão, e Leonel Brizola, na Vila Luizão, foram contempladas com presentes natalinos, doados por servidores do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Para os educandos da U.E.B. Leonel Brizola, o dia foi marcado pela alegria de poder estar com o Papai Noel e ainda pelo êxtase ao receber o que foi solicitado por cartas e desenhos.

SAIBA MAIS

A campanha Papai Noel dos Correios é uma das maiores ações sociais natalinas do Brasil. Desenvolvida em todas as 28 diretorias regionais da ECT, tem por objetivo principal o envio de carta-resposta às crianças que escrevem ao Papai Noel. Além de estimular a redação de cartas manuscritas pelas crianças, a campanha incentiva a solidariedade dos empregados e da sociedade. Desde 2010, a campanha passou a contemplar, além das cartas oriundas das crianças da sociedade, as cartas de crianças de escolas, abrigos, núcleos socioeducativos e creches.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

JUSTIÇA

Juiz que mandou prender funcionários da TAM é afastado

O Tribunal de Justiça decidiu pelo afastamento do juiz Marcelo Baldochi, titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz. A decisão pelo afastamento do magistrado foi anunciada no final da manhã de ontem. A decisão foi apoiada no abuso de poder manifestada pelo juiz. Marcelo Baldochi deu voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM porque foi impedido de embarcar após ter chegado atrasado ao aeroporto da cidade de Imperatriz. O caso não foi encerrado. Será aberto um processo administrativo disciplinar para a investigação final sobre esta ação e outras denúncias que o juiz já se envolveu. O prazo para conclusão das investigações da comissão é de no máximo 30 dias, mas a intenção é que o relatório seja finalizado antes do período.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ afasta juiz que deu voz de prisão a funcionários da TAM em Imperatriz

O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu, ontem (17), afastar preventivamente de suas funções o juiz Marcelo Baldochi. Ele é titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz (727 km de São Luís), no sul do Estado. PÁGINA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Audiência de instrução sobre o caso Brunno reúne depoimentos de todos os acusados

Na manhã de ontem (17) aconteceu por volta das 9h, no salão de sessões da 2ª Vara do Tribunal Júri, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, a primeira audiência de instrução e julgamento do processo referente ao assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares e a tentativa de homicidio contra Alexandre Matos Soares, Kelvin Chiang. A audiência foi presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima e foi encerrada por somente por volta das 17h.

O processo tem como acusados Carlos Humberto Marão Filho, João José Nascimento Gomes e Diego Henrique Marão Polary. Foram convocadas por meio do Ministério Público, 29 testemunhas que foram ouvidas durante a audiência. Entre vitimas, testemunhas e culpados, mais de 40 pessoas deram seus depoimentos e participaram diretamente da audiência. O juiz Gilberto de Moura Lima afirmou antes da audiência que apesar da falta de conclusão em alguns laudos e ausência de provas de materialidade, os depoimentos serão de fundamentais para o esclarecimento do caso e para juntar as informações e provas que já constam nos autos. "É provável que este caso vá a júri popular, este é só o primeiro passo, pois ainda teremos uma audiência em plenário, onde quem irá decidir o desfecho será o júri mediante as provas dos fatos", finalizou o juiz.

A acusação neste primeiro momento ficou a cargo do promotor de justiça Agamenon Batista de Almeida Junior. Ele declarou que a audiência de instrução tem como objetivo ouvir os depoimentos das testemunhas, e todos envolvidos no caso, além de analisar e confrontar os laudos médicos com as declarações. "Esse momento é para verificar os detalhes cruciais para a resolução do caso, esclarecer todas as dúvidas que ainda há em torno do assunto. Somente após isso é que a sentença pode ser dada e se o caso for a júri popular, será composto por sete pessoas da sociedade e eles então irão decidir quem são os autores do crime", explicou o promotor.

O promotor de justiça acrescentou ainda que a expectativa do Ministério Público é que nessa audiência as testemunhas possam esclarecer o máximo de dúvidas que ainda existem em alguns depoimentos dos envolvidos no caso. Porém afirmou que há indícios suficientes relatados nos autos e que serão apenas comprovados na audiência.

Estavam presentes na audiência, além dos advogados de acusação nomeados pela família (Rafael Moreira lima, Melhen Saad Neto e Antônio Ítalo Leite) e os de defesa (Luís Felipe Reis Martins, Aldivio Nogueira Júnior e Beneveluto Serejo), o advogado Carlos Brissac, representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seccional do Maranhão, uma vez que Brunno Eduardo Matos Soares, no período dos fatos encontrava-se devidamente inscrito na OAB. O advogado Carlos Brissac ressaltou que presença dele na audiência é apenas para garantir a legalidade do processo, observar e se, caso houver necessidade, fazer alguma intervenção.

O advogado de defesa do Carlos Marão, Luís Felipe Martins afirmou que o seu cliente é inocente e que nesta audiência ele poderá mostrar a verdade a qual ele sustenta desde o inicio das investigações. "Ele não cometeu crime algum, ele vai sair daqui hoje livre. Meu cliente nunca assumiu nada, e vamos mostrar isso aqui. A participação dele no crime é mínima, vamos comprovar sua inocência", comentou o advogado.

Durante o período da tarde, caminhando para o encerramento da audiência de instrução, foram ouvidos os depoimentos considerados como principais para o desfecho do caso. O vigilante João José Nascimento relatou que não foi o culpado pelo assassinato de Bunno e alegou ter sido pressionado a confessar o crime, pois sofreu ameaças caso fizesse o contrário. João também explicou que no dia do crime ele estava fazendo rondas pela rua de bicicleta e durante a briga estava procurando a cadela, que pertence a Carlos Marão. Ao transitar nas proximidades onde estava ocorrendo a briga a sua faca teria caído do bolso da calça.

Já Carlos Humberto Marão Filho, afirmou durante a audiência que houve realmente um desentendimento que resultou na morte de Brunno, porém comentou que Diego Polary não estava na hora do crime. Diego Polary também alegou que não se encontrava no local do crime e que estava dormindo em outra casa, longe do local onde tudo aconteceu.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juiz que deu voz de prisão a funcionários da TAM é afastado

O juiz Marcelo Baldochi, titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz, no Maranhão, foi afastado do cargo por abuso de poder após dar voz de prisão aos funcionários da TAM que o impediram de embarcar por atraso. A decisão pelo afastamento foi anunciada na manhã de ontem pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), após conclusão de sindicância da Corregedoria de Justiça (CGJ-MA), que apurou a conduta do magistrado. Baldochi poderá recorrer, mas permanecerá afastado do cargo até que ocorra uma nova decisão. Em 7 de dezembro, três funcionários da TAM foram levados para o Plantão Central da Polícia Civil de Imperatriz depois de terem recebido ordem de prisão do juiz, que foi impedido de entrar na aeronave, quando o embarque já havia sido encerrado.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CASO TAM

Juiz Marcelo Baldochi é afastado pelo TJMA

O Tribunal de Justiça decidiu pelo afastamento do juiz Marcelo Baldochi, titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz. A decisão pelo afastamento do magistrado foi anunciada no final da manhã de ontem. - **PAG. 6**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juiz Marcelo Baldochi é afastado preliminarmente pelo TJMA

O Tribunal de Justiça decidiu pelo afastamento do juiz Marcelo Baldochi, titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz. A decisão pelo afastamento do magistrado foi anunciada no final da manhã de ontem. A decisão foi apoiada no abuso de poder manifestada pelo juiz. Marcelo Baldochi deu voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM porque foi impedido de embarcar após ter chegado atrasado ao aeroporto da cidade de Imperatriz.

O caso não foi encerrado, será aberto um processo administrativo disciplinar para a investigação final sobre esta ação e outras denúncias que o juiz já se envolveu.

O prazo para conclusão das investigações da comissão é de no máximo 30 dias, mas a intenção é que o relatório seja finalizado antes do período.

Entenda o caso:

O juiz da comarca de Senador La Rocque, no sul do Maranhão, Marcelo Baldochi, deu voz de prisão a três funcionários da companhia aérea TAM, no último sábado (6).O magistrado chegou no aeroporto após o encerramento do check-in e queria embarcar, porém foi impedido pelos funcionários. Diante desta situação o juiz deu voz de prisão a ambos e acionou a Polícia Militar, que levou todos a uma delegacia na cidade.

Inconformado com a situação, Marcelo Baldochi disse a um funcionário da empresa aérea que esta-va ocorrendo um desrespeito ao direito do consumidor. De acordo com uma testemunha que pre-senciou o ocorrido no local, o juiz chegou a entrar na área de embarque e deu voz de prisão ao fun-cionário, convocando um policial militar que estava no aeroporto para conduzir até a delegacia. Diante deste fato, outros funcionários da TAM tentaram intervir e acabaram recebendo voz de pri-são também, totalizando assim três atendentes conduzidos ao Plantão da Polícia Civil.

Diante da repercussão que ganhou os fatos, o juiz Marcelo Baldochi que ainda não havia se mani-festado sobre o ocorrido do último sábado (6), prestou esclarecimentos na tarde de ontem. "Muitos se contentam com as aparências, permitindo que a fantasmagoria prevaleça sobre a razão. Mas a razão não admite equívocos! O voo marcado para as 21h02 admitia o embarque, segundo as normas de aviação civil e do que consta do próprio bilhete, 15 minutos antes da partida. Todavia, mesmo com o chek-in em mãos, as 20h32 os passageiros Marcelo Baldochi e Camila Costa foram impedidos de embarcar sob a alegação de que deveriam estar no local às 20 horas", relatou.

O magistrado ainda disse que o agente da TAM não prestou qualquer informação e disse que não era problema dele, isolando-se numa sala da companhia. Apesar de insistir

Juiz Marcelo Baldochi

para que através do rádio tentasse o embarque, o funcionário disse que não o faria. Ainda assim, Marcelo informou ter regis-trado às 20h42 horas uma ocorrência na Infraero/Anac, contra a companhia e seu agente que não prestou informação alguma das razões e o que faria com os passageiros.

Por fim Marcelo Baldochi ainda afirma que "o agente incorreu em ilícito civil e criminal, e toda e qualquer pessoa pode dar voz de prisão, chamar a polícia. Está na lei e ali se fazia presente um con-sumidor que exigia seus direitos. Essa é a democracia. Sem rótulos. E na verdade, até quem não frequenta aeroportos sabe o quanto as empresas aéreas abusam, deixam de honrar com seus deve-res", completou. Para concluir ele ainda afirma: "Numa democracia um juiz ou gari, como consu-midores, têm o direito a ser tratado com dignidade. Informado e tudo mais". Apesar de ter perdido o voo pela TAM, o juiz e Camila Costa foram embarcados em outra companhia aérea e seguiram rumo ao seu destino final que era a cidade de Ribeirão Preto (SP).

Por meio de nota a companhia aérea enviou o seguinte comunicado: "A TAM informa que segue todos os procedimentos de embarque regidos pela Legislação do setor. A empresa informa ainda que está colaborando e prestando todos os esclarecimentos às autoridades".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Casamento Comunitário

fotografia@mirante.com.br

Divulgação

AÇAILÂNDIA - Mais de 300 casais oficializaram a união em cerimônias de casamento comunitário realizadas em Açailândia e Cidelândia (termo) nos últimos dias 10 e 11. Na sede da comarca, foram 260 casais a participar da cerimônia. No casamento realizado no termo, 43 casais disseram o sim diante de juízes e convidados. Os casamentos aconteceram na Assembleia de Deus (Seta), na sede, Açailândia, e na Escola Isaura Amorim (Centro), em Cidelândia. Inaugurado em 1999, o projeto Casamentos Comunitários da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão tem por objetivo viabilizar a oficialização da união de casais carentes de todo o estado. Todos os atos relativos à cerimônia são gratuitos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juiz Marcelo Baldochi, de Imperatriz, é afastado do cargo preliminarmente

Magistrado foi julgado ontem pelo TJ por denúncias de abuso de poder; ele deu voz de prisão a funcionários de empresa aérea após ter chegado atrasado para voo

Divulgação

Sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça durante o julgamento do juiz Marcelo Baldochi

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa ontem, o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, com a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro no aeroporto de Imperatriz. O magistrado deu voz de prisão a funcionários de uma empresa aérea após não ter conseguido embarcar em voo com destino a Ribeirão Preto (SP). O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

O desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, que presidiu as investigações da sindicância, verificou indícios graves de infração disciplinar por parte do juiz, principalmente com a determinação imotivada da prisão dos funcionários da empresa aérea, manifestando-se pela instauração do PAD com afastamento preventivo, por entender que a permanência do magistrado no cargo, ante a instalação de um estado de pânico, poderia influenciar e atrapalhar o curso das investigações.

Investigação - Durante a investigação preliminar, o desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo ouviu os funcionários da empresa aérea, o delegado responsável pelo caso e o juiz Marcelo Baldochi. Ele ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do Ministério Público e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder, usurpação de competência, entre outras. "Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado *in loco* ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante", frisou o desembargador.

Os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento e instauração do PAD, por entenderem que a medida nesse momento representaria cerceamento de defesa. **O Estado** tentou contato com o juiz Marcelo Testa Baldochi, mas não conseguiu.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Efetivo no TRE

O desembargador Lourival Serejo é agora membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

Ele foi eleito por unanimidade em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão. Serejo ocupará a vaga do desembargador Froz Sobrinho, atual presidente da Corte Eleitoral, cujo biênio será encerrado em 25 de fevereiro de 2015.

Os desembargadores Froz Sobrinho e Ricardo Duailibe destacaram a nomeação, pela presidente Dilma Rousseff, dos advogados Eduardo Moreira e Daniel Leite, como membros efetivos do TRE no Maranhão, categoria Jurista, para o próximo biênio.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Arquivo

Lourival Serejo (TRE) e João Jorge Pavão (TCE)

Serejo e Pavão são eleitos para o TRE e o TCE

Desembargador assumirá a cadeira na Justiça Eleitoral em fevereiro. Jorge Pavão é eleito presidente do TCE. **Política 2**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Lourival Serejo é o novo membro do TRE

Desembargador substituirá Froz Sobrinho, que é o atual presidente do tribunal; Serejo deverá assumir a vice-presidência da Corte Eleitoral e será ainda corregedor

Carla Lima
Da Editoria de Política

O Tribunal de Justiça escolheu ontem o desembargador Lourival Serejo como novo membro do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Ele assumirá a cadeira na Justiça Eleitoral em fevereiro do próximo ano e deverá ser eleito o corregedor eleitoral e também vice-presidente da Corte.

Lourival Serejo foi escolhido por unanimidade e substituirá o atual presidente do TRE, desembargador Froz Sobrinho, cujo biênio vai se encerrar em fevereiro. Com a saída de Froz, será realizada a eleição para a escolha do comando do tribunal eleitoral.

Para presidir o TRE deverá ser escolhido o desembargador Guerreiro Júnior, que atualmente é o vice-presidente e o corregedor eleitoral. Serejo deverá substituir Guerreiro Júnior.

Pela escolha, Lourival Serejo

Ascom/TJMA

Desembargador Lourival Serejo foi escolhido para o TRE, ontem, por unanimidade no Tribunal de Justiça

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

agradeceu aos colegas magistrados e falou da responsabilidade de assumir uma cadeira na Corte Eleitoral. "É uma responsabilidade muito grande de ir para o TRE nesse momento em que se fala de reforma política, de estar lá, participando desse movimento de ação cívica nacional", disse o desembargador.

Mudança - Outra mudança na composição do pleno do TRE é quanto à vaga de jurista. Ontem foram anunciadas as nomeações pela presidente Dilma Rousseff (PT) dos advogados Daniel Leite e Eduardo Moreira. Eles ocuparão as vagas de juristas na Corte.

Daniel Leite vai substituir Daniel Blume, que estava como membro substituto no tribunal. Blume fazia parte, junto com Daniel Leite, da lista tríplice enviada a presidente da República.

Mais

Desde a renúncia da desembargadora Cleonice Freire quando presidiu o TRE, não houve mais presidentes da Corte Eleitoral com mandato de dois anos. Tanto Anildes Cruz quanto José Bernardo Rodrigues e também Froz Sobrinho passaram somente um ano presidindo o tribunal. Todos eles foram corregedores eleitorais antes de assumir a presidência do TRE.

Já Eduardo Moreira também estava como membro substituto. A partir de janeiro, ele passa a ser efetivo. Daniel Leite também deverá assumir a cadeira em janeiro, já que o TRE entra em recesso a partir do dia 20.

Jorge Pavão foi escolhido novo presidente do TCE

O conselheiro João Jorge Jinkings Pavão foi eleito ontem presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE) para o biênio 2015/16. Ele é atual vice-presidente da Corte de Contas e assumirá a presidência em de janeiro.

Os conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado, Raimundo Nonato Lago e Washington Oliveira, que foram eleitos vice-presidente, corregedor e ouvidor, do TCE.

A eleição foi consensual. Os conselheiros eleitos, após o anúncio do resultado, foram empossados de imediato por Edmar Cutrim, atual presidente do TCE.

Esta será a segunda vez que Jorge Pavão comandará o tribunal - ele presidiu a Casa no biênio 2003/04.

Em seu discurso, o próximo presidente da Corte de Contas garantiu que continuará trabalhando para fazer com que o tribunal avance, cada vez, no processo de modernização de suas ações.

"O Tribunal de Contas avançou muito, se modernizou e, hoje, está mais próximo da sociedade cumprindo o seu papel de zelar pela boa aplicação dos recursos públicos. E é com foco neste tipo de gestão que iremos administrar a Casa", afirmou Pavão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Aprovado na Assembleia Orçamento do Estado de R$ 15,8 bilhões para 2015

Peça foi apreciada e aprovada por unanimidade pelos deputados estaduais após apresentação do relatório final da Comissão de Orçamento da Casa

Ronaldo Rocha
Da editoria de Política

A Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade, em sessão extraordinária realizada ontem, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 196/2014, que estima receita e fixa despesa do Estado para o exercício financeiro 2015. A peça aponta orçamento de R$ 15.885.374.282,00 para o primeiro ano do próximo governo, cerca de R$ 1,7 bilhão a mais do que teve a governadora Roseana Sarney (PMDB) no seu último ano de mandato.

O presidente da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle, deputado Roberto Costa (PMDB), relator da peça, destacou a importância de o colegiado ter conseguido dialogar com todas as bancadas da Casa e elaborar um relatório final, aprovado por unanimidade. Na votação de ontem, não houve sequer

Ag.Assembleia

Deputados estaduais votaram o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) em clima de harmonia na AL

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

discussão a respeito da peça.

"Independentemente dessa transição política pela qual o estado passa, não poderíamos jamais usar o orçamento do estado para fazer política partidária. Tudo aquilo que fizemos foi em prol das políticas públicas do Maranhão, do desenvolvimento e das melhorias que poderão ser feitas pelo próximo governo. Temos a convicção de que a comissão fez um excelente trabalho", disse.

Roberto Costa destacou a participação do deputado Marcelo Tavares (PSB), futuro secretário-chefe da Casa Civil, na elaboração da peça. "Marcelo Tavares nos ajudou bastante. O orçamento do estado foi construído a quatro mãos, ele teve atuação decisiva nesse processo", afirmou.

Tavares, por sua vez, reconheceu e elogiou o esforço do peemedebista. "O deputado Roberto Costa fez um excelente trabalho. E, apesar de ainda não ser o orçamento ideal para o novo governo, a Casa conseguiu construir a melhor lei orçamentária possível", destacou.

Cortes - Após polêmica do Legislativo com o Poder Judiciário, os deputados estaduais aprovaram o orçamento para o Tribunal de Justiça com cortes de cerca de R$ 500 milhões em relação à proposta encaminhada para a Casa.

O Judiciário havia proposto orçamento de R$ 1,7 bilhão, o que foi considerado inexequível pelos deputados. Com o parecer da Comissão de Orçamento, as receitas do TJ ficaram estipuladas em R$ 1,1 bilhão.

> "Não utilizamos o orçamento para fazer política partidária ou para atender a interesses pessoais. Fizemos um orçamento voltado para políticas públicas"
>
> Roberto Costa (PMDB), presidente da Comissão de Orçamento

Dos R$ 15,8 bilhões do Orçamento do Estado para o exercício financeiro 2015, mais de R$ 11,5 bilhões ficam destinados para o Orçamento Fiscal; mais de R$ 4,2 bilhões para o Orçamento da Seguridade Social e quase R$ 129 milhões para o Orçamento das Empresas Estatais.

Em mensagem, Roseana destacou programas

O orçamento 2015 aprovado ontem pela Assembleia Legislativa, havia chegado à Casa por meio da mensagem governamental 072/2014, na qual a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB) destacou ações e programas de seu governo.

A mensagem do Executivo apresentou detalhes do orçamento fiscal, da seguridade social e dos investimentos das empresas estatais do Maranhão, além das receitas dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Na mensagem, a então governadora apresentou dados sobre a situação econômica e financeira do Estado, que subsidiaram a elaboração da peça para o exercício financeiro 2015.

Ela destacou a importância dos recursos adquiridos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), que foram aplicados no Programa Viva Maranhão, investimentos integrados para o desenvolvimento social, e também tratou de outros programas importantes, como o Saúde é Vida.O texto também destaca as ações no Sistema de Segurança Pública e no sistema prisional.

Somente com recursos adquiridos junto ao BNDES, 555 obras foram erguidas em todo o território estadual. O volume de pagamentos realizados até o mês de agosto de 2014 foi de aproximadamente R$ 650 milhões. Dos R$ 3,8 bilhões destinados ao Programa Viva Maranhão, foram contratados R$ 2,5 bilhões, que correspondem a 66% do total dos recursos obtidos pelo Estado junto à instituição financeira.

Roseana finaliza a mensagem com a declaração de que deixa o estado equilibrado e em desenvolvimento.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Recesso forense vai alterar rotina nas varas e juizados

Expediente será normal para os magistrados e os servidores, sendo exceção no Natal e no Ano-Novo; unidades funcionarão em sistema de rodízio; recesso vai até janeiro de 2015

O recesso forense que compreende o período de 20 deste mês a 20 de janeiro altera a rotina de Varas e Juizados da capital e do interior. Durante o recesso, estão suspensas as audiências e as sessões de julgamento em todas as unidades. O mesmo vale para prazos processuais e publicações de acórdãos, sentenças, decisões e intimações de partes e advogados.

A medida não se aplica a processos de réus presos com autos vinculados à prisão, bem como a casos de natureza urgente ou que visem a garantir a preservação de direitos.

Para demandas urgentes - habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminar - o Poder Judiciário funciona em regime de plantão judicial (cível e criminal) durante o período do recesso.

O expediente é normal para magistrados e servidores. A exceção fica por conta do recesso de Natal e Ano-Novo (respectivamente de 22 a 26 de dezembro e de 29 de dezembro a 2 de janeiro de 2015), quando as unidades judiciais funcionam em sistema de rodízio.

O recesso forense anual está previsto no artigo nº 277 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e compreende o período de 20 de dezembro a 6 de janeiro.

Atendendo a pedido da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), decisão aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça estendeu o período até 20 de janeiro para que os advogados possam gozar férias das atividades profissionais no período.

Normalidade - De modo a garantir o atendimento ao cidadão pela Justiça, alguns serviços do Poder Judiciário funcionam normalmente durante o recesso, a exemplo da emissão de certidões e emissão de folha corrida (antiga declaração de antecedentes criminais).

Também funcionam no período a autorização para viagens de menores, obtida na 1ª Vara da Infância e da Juventude (Avenida Silva Maia, 219, Centro, próximo à Praça Deodoro), ou nos postos que funcionam na Rodoviária, das 7h às 19h, Aeroporto (24h) e Estação Ferroviária (somente em dias de viagens. Para viagens internacionais, a autorização é obtida exclusivamente na 1ª Vara da Infância.

Nos cartórios, serviços como registros imobiliários, civil e de óbito não sofrem alteração.

Medidas cautelares de urgência que visem à proteção de mulheres vítimas de violência continuam sendo aplicadas durante o recesso. Para atendimento diretamente na Vara da Mulher, é necessário o registro do Boletim de Ocorrência em qualquer delegacia.

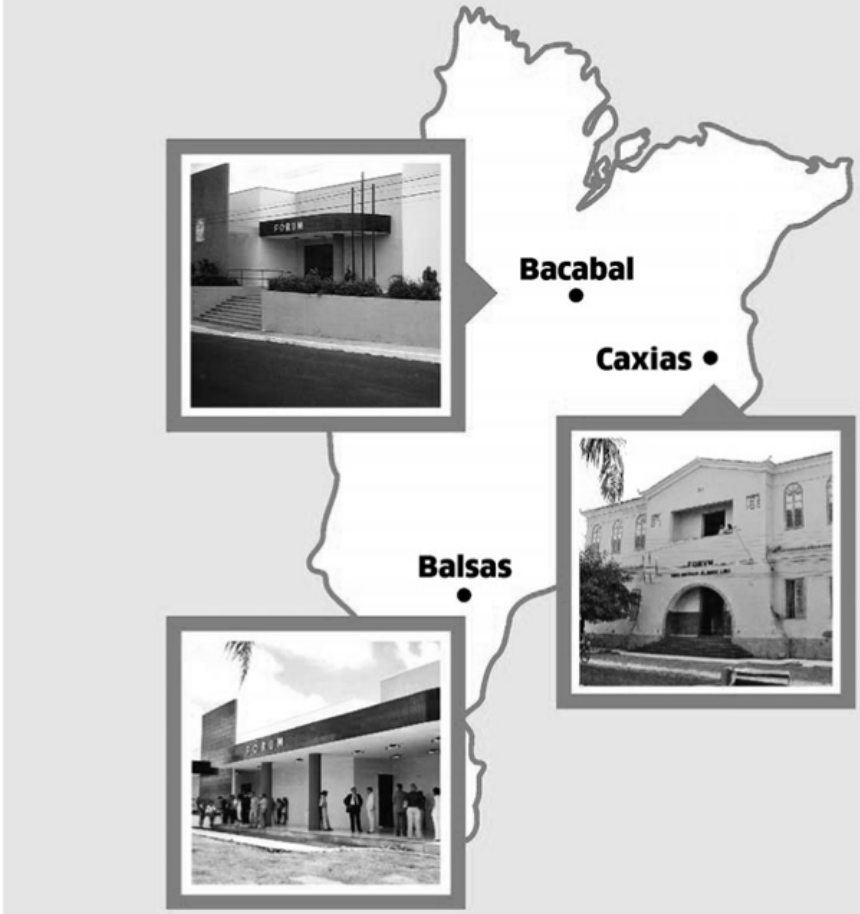
Acidentes - A Unidade Móvel do Juizado de Trânsito, que atende a acidentes de trânsito sem vítimas fatais, funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. O serviço pode ser contatado pelos telefones: 98815-8346 e 98878-3003.

Em qualquer outro horário o cidadão deve procurar o Grupo Tático de Trânsito, da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (DMTT), cujo atendimento pode ser feito pelo telefone 3214-1149.

OAB - O juiz titular da 1ª Vara Cível de São Luís, Josemar Lopes Santos, determina a suspensão do atendimento a partes e advogados na unidade no período de 22 de dezembro a 06 de janeiro. Durante o período, as atividades se limitam às internas e conforme escala de revezamento a ser posteriormente definida, estabelece a portaria.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Judiciário



Regimento
O recesso forense anual está previsto no artigo nº 277 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e compreende o período de 20 de dezembro a 6 de janeiro.

Expediente
O expediente é normal para magistrados e servidores. A exceção fica por conta do recesso de Natal e Ano-Novo (respectivamente de 22 a 26 de dezembro e de 29 de dezembro a 2 de janeiro de 2015), quando as unidades judiciais funcionam em sistema de rodízio.

Ouvidoria
Para o recebimento de críticas, sugestões, reclamações e orientações sobre serviços do Judiciário a Ouvidoria e o Telejudiciário funcionam de segunda à sexta, das 8h às 18h, nos telefones 3194-5849 (Ouvidoria) e 0800-707-1581 (Telejudiciário).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça interroga envolvidos na morte de Brunno Soares

Vigilante apontado como autor das facadas que mataram o advogado nega autoria do crime; irmãos da vítima, que também foram esfaqueados, mantiveram depoimento

"Eu não dei as facadas nas vítimas. Estou sendo coagido para assumir esse crime", afirmou o vigilante João José Nascimento Gomes durante o seu depoimento na primeira audiência de instrução e julgamento do processo referente ao assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares e a tentativa de homicídio contra Alexandre Matos Soares, Kelvin Kim Chiang e Wesley Carvalho de Oliveira, na madrugada do dia 6 de outubro deste ano.

A audiência ocorreu ontem, no salão de sessões da 2ºVara do Tribunal do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima. Contou com a participação do promotor de Justiça, Agamenon Batista, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional do Maranhão (OAB/MA) e dos advogados de defesa e acusação. Somente ontem, 29 testemunhas foram ouvidas, assim como as vítimas Alexandre Matos, Kelvim Kim e Wesley Carvalho; e os três acusados pelo Ministério Público, Carlos Humberto Marão Filho, João José Nascimento Gomes e Diego Henrique Marão Polary.

A audiência começou por volta das 9h e o primeiro a ser ouvido pelo juiz foi Alexandre Matos, irmão do advogado Brunno Eduardo. Durante o depoimento, ele confirmou o que tinha dito para a Polícia Civil, principalmente à comissão de delegados da Delegacia de Homicídios. Alexandre Matos confirmou que Diego Polary foi o autor dos golpes de faca causaram a morte de seu irmão e ainda desferiu a facada que atingiu o seu abdômen.

As outras duas vítimas também afirmaram a presença de Diego Polary na cena do crime e declaram que há uma grande possibilidade de ele ter sido o autor das facadas que vitimaram fatalmente o advogado Brunno Eduardo. Ainda no período da manhã, mais nove testemunhas foram ouvidas pelo magistrado, inclusive pessoas que participaram da festa de comemoração do senador eleito Roberto Rocha, que ocorreu em uma residência de evento, localizada na Rua dos Magistrados, no bairro do Olho d'Água.

No período da tarde, mais 20 testemunhas foram ouvidas e uma delas, a irmã do vigilante, a professora Maria do Socorro Gomes, que afirmou que o seu irmão e a sua família estão sofrendo ameaças constantes, principalmente, após terem feito denúncias para os representantes da OAB/MA. João José Nascimento declarou que só falou para a polícia que tinha esfaqueado a vítima pelo fato de Marão ter afirmando a ele que seria preso devido a faca encontrada nas costas de Kelvim Kim ter suas digitais. "Eles falaram para eu assumir o crime, pois não ficaria na cadeia porque o advogado deles iria me tirar da prisão bem rápido. Eu não matei ninguém e durante a briga estava procurando a cachorra de Marão", afirmou o vigilante.

Bastante nervoso, Diego Polary afirmou que não estava na cena do crime e ficou sabendo do fato somente no começo da manhã do dia seguinte, quando os policiais chegaram a sua casa para prender o seu tio, Carlos Marão. Ele alegou que estava dormindo no quarto da sua mãe, e mesmo com o barulho não acordou.

Já Carlos Marão, o principal suspeito do crime, declarou que foi induzido pelos delegados a falar em seu depoimento que o seu sobrinho, Diego Polary, estava na cena do crime, inclusive chegou a agredir fisicamente as vítimas por meio de socos e pontapés. "Polary estava dormindo. Eu e o meu sobrinho não desferimos as facadas nas vítimas, pois de fato foi o vigilante, agora o motivo para ele fazer isso não sei responder", frisou Marão.

O juiz informou que ontem abriu o prazo de 10 dias para a apresentação das alegações e somente depois desse período vai decidir se os indiciados no processo irão ou não a júri popular. "Estamos primeiramente na fase de audiência, pois os prazos serão abertos para as alegações e depois haverá a decisão sobre o julgamento", declarou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Flora Dolores

Carlos Humberto Marão, principal suspeito do crime, ao depor na audiência de ontem no Tribunal

O crime

Uma pessoa morreu e três saíram feridas em estado grave depois da festa de comemoração, ocorrida na madrugada de 6 de outubro deste ano, em uma residência, na Rua dos Magistrados, no bairro Olho d´Água, pela eleição de Roberto Coelho Rocha, da coligação Todos pelo Maranhão, para o cargo de senador. Ainda segundo informações do Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), toda essa tragédia foi originada em briga entre vizinhos devido a som alto e os policiais militares prenderam em flagrante delito um dos principais acusados, identificado como Carlos Humberto Marão Filho, 38 anos.

A vítima morta foi o advogado Brunno Eduardo Matos Soares, o Bruno do Cavaco, de 26 anos, que morava na Rua Deputado Luiz Rocha, nº 45, Ipase. Inclusive, ele fazia parte do corpo jurídico do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e assessor jurídico do senador eleito Roberto Rocha. Já as outras vítimas foram Alexandre Matos Soares, de 25 anos, que levou um corte profundo no abdômen; Kelvin Kim Shiyangue, de 26 anos, levou uma facada nas costas; ambos foram levados para um hospital particular, na capital, correndo risco de morte, e ainda Wesley Carvalho de Oliveira, que sofreu lesão leve na cabeça e nas pernas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça afasta juiz arrogante que mandou prender funcionários da TAM

PÁGINA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça afasta juiz arrogante que mandou prender funcionários da TAM

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa nesta quarta-feira (17), o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, com a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro no aeroporto de Imperatriz, quando o magistrado deu voz de prisão a funcionários de uma empresa aérea após não ter conseguido embarcar em voo com destino a Ribeirão Preto (SP). O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

O desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, que presidiu as investigações da sindicância, verificou indícios graves de infração disciplinar por parte do juiz, principalmente com a determinação imotivada da prisão dos funcionários da empresa aérea, manifestando-se pela instauração do PAD com afastamento preventivo, por entender que a permanência do magistrado no cargo, ante a instalação de um estado de pânico, poderia influenciar e atrapalhar o curso das investigações.

Durante a investigação preliminar, o desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo ouviu os funcionários da empresa aérea, o delegado responsável pelo caso e o juiz Marcelo Baldochi.

Ele ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do Ministério Público e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder, usurpação de competência, entre outras.

"Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado in loco ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante", frisou o desembargador.

Os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento e instauração do PAD, por entenderem que a medida nesse momento representaria cerceamento de defesa.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

SÃO QUASE R$ 16 BILHÕES...

APROVADO NA ASSEMBLEIA ORÇAMENTO DO GOVERNO DO MARANHÃO PARA 2015

PÁGINA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

QUASE R$ 16 BILHÕES

Em sessão extraordinária, o Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na manhã desta quarta-feira (17), o Projeto de Lei nº 196/2014, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Maranhão para o exercício financeiro de 2015.

Deputados aprovam Orçamento do Governo do Maranhão para 2015

De acordo com esta proposta, encaminhada pela então governadora Roseana Sarney, o Orçamento de 2015 conta com receita total estimada no valor de R$ 15.885.374.282,00 (quinze bilhões, oitocentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais).

O Projeto de Lei nº 196/2014, encaminhado mediante a Mensagem nº 072/2014, datada de 30 de setembro de 2014, tramitou normalmente na Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa, com uma previsão orçamentária estimada em R$ 1,7 bilhão a mais que o executado no exercício de 2014.

O presidente da Comissão de Orçamento, deputado estadual Roberto Costa (PMDB), solicitou mediante requerimento escrito, e o Plenário aprovou, a realização da sessão ordinária na qual foi apreciado e aprovado o Orçamento do Estado para 2015.

Pela Mensagem nº 072/14, o Projeto de Lei Nº 196/2014 compreende a programação dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e dos Investimentos das Empresas na qual o Estado do Maranhão é detentor da maioria do capital social, abrangendo as ações de todos os órgãos e entidades dos três Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado.

A mensagem aprovada pela Assembleia Legislativa na sessão de ontem foi encaminhada pela então governadora Roseana Sarney

A proposta orçamentária de 2015 está estimada em R$ 15.885.374.282,00 (quinze bilhões, oitocentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e setenta e quatro mil e duzentos e oitenta e dois reais), sendo destinado ao Orçamento Fiscal o montante de R$ 11.521.849.777,00 (onze bilhões, quinhentos e vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e nove mil e setecentos e setenta e sete reais), ao Orçamento da Seguridade Social, R$ 4.235.266.378,00 (quatro bilhões, duzentos e trinta e cinco milhões, duzentos e sessenta e seis mil e trezentos e setenta e oito reais), e ao Orçamento das Empresas Estatais controladas pelo Estado, R$128.258.127,00 (cento e vinte e oito milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e cento e vinte e sete reais).

Na mensagem à Assembleia Legislativa, a então governadora Roseana Sarney apresenta dados sobre o momento econômico no qual o Estado se encontra e dá subsídios para elaboração do Orçamento para o exercício financeiro de 2015.

A Mensagem nº 072/14 destaca a importância dos recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que financiam o Programa Viva Maranhão – Investimentos Integrados para o Desenvolvimento Socioinclusivo, cujo objetivo principal é viabilizar investimentos capazes de complementar a infraestrutura social e econômica necessária à integração, otimização e aumento da competitividade dos empreendimentos privados que ora se implantam no Estado; e ainda promover a inclusão socioprodutiva de significativa parcela da população em situação de extrema pobreza.

A Mensagem informa que o Programa Viva Maranhão superou todas as metas estabelecidas junto ao BNDES, alcançando um recorde histórico de 555 obras em andamento em todo Estado, contemplando os 217 municípios.

O volume de pagamentos realizados até o mês de agosto de 2014 foi de aproximadamente R$ 650 milhões de reais, sendo a média dos dois últimos meses em torno de R$ 120 milhões de reais. Dos 3,8 bilhões de reais destinados ao Programa, foram contratados R$ 2,5 bilhões de reais, que correspondem a 66% do total dos recursos obtidos junto àquela Instituição Financeira.

No Exercício Orçamentário de 2015, são destacadas as ações do Programa Viva Maranhão, onde se encontra a maioria dos investimentos públicos com um Orçamento da ordem de 1,7 bilhão de reais. Deste montante, cercade 1,1 bilhão foram alocados na Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA), destinados às obras de infraestrutura que estão em andamento e outras que serão iniciadas em 2015.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

MEDIDA

Juiz Marcelo Baldochi é afastado preliminarmente pelo TJMA

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa nesta quarta-feira (17), o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, com a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro no aeroporto de Imperatriz, quando o magistrado deu voz de prisão a funcionários de uma empresa aérea após não ter conseguido embarcar em voo com destino a Ribeirão Preto (SP). O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

O desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, que presidiu as investigações da sindicância, verificou indícios graves de infração disciplinar por parte do juiz, principalmente com a determinação imotivada da prisão dos funcionários da empresa aérea, manifestando-se pela instauração do PAD com afastamento preventivo, por entender que a permanência do magistrado no cargo, ante a instalação de um estado de pânico, poderia influenciar e atrapalhar o curso das investigações.

Durante a investigação preliminar, o desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo ouviu os funcionários da empresa aérea, o delegado responsável pelo caso e o juiz Marcelo Baldochi.

Ele ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do Ministério Público e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder, usurpação de competência, entre outras.

"Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado in loco ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante", frisou o desembargador.

Os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento e instauração do PAD, por entenderem que a medida nesse momento representaria cerceamento de defesa.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TRE

Desembargador Lourival Serejo é eleito novo membro efetivo

Desembargador Lourival de Jesus Serejo

O desembargador Lourival de Jesus Serejo foi eleito na manhã desta quarta-feira (17), membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão durante sessão administrativa do Tribunal de Justiça.

Ele assumirá a vaga do desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho (atual presidente do TRE-MA), cujo primeiro biênio encerra-se em 25 de fevereiro de 2015.

"Agradeço a todos os meus pares a receptividade do meu nome para compor o TRE. Sinto-me vocacionado para atuar na Justiça Eleitoral onde aprendi a convivência de colegiado. É uma grande honra assumir esta função", registrou Serejo.

Os desembargadores Froz Sobrinho (presidente) e Guerreiro Júnior (corregedor) informaram ao colega que ele encontrará um Tribunal harmônico, onde membros e servidores estão em sintonia. Eles também desejaram sucesso na jornada que se iniciará em breve.

NOMEAÇÕES - A presidente Dilma Roussef nomeou na terça-feira (16) os advogados Daniel Leite e Eduardo Moreira como membros efetivos do TRE-MA na categoria jurista. Eles devem tomar posse em janeiro, em data a ser confirmada pela Corte do Regional.

O anúncio das referidas nomeações foi feito pelos desembargadores Ricardo Duailibe e Froz Sobrinho no pleno do TJMA, que destacaram a atuação profissional de ambos.

Eduardo Moreira já funcionava como membro substituto do TRE-MA desde dezembro de 2013. Já Daniel Leite assume no lugar de Daniel Blume, que permanece como membro substituto.

CURRÍCULOS - O desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, antes de se tornar desembargador do TJMA, foi advogado, promotor de justiça e juiz. Como magistrado, serviu nas comarcas de Arari, Brejo, Imperatriz e São Luís. Na capital, foi juiz auditor da Justiça Militar, juiz da 3ª Vara da Família, juiz corregedor, membro do TRE-MA e diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão. É também membro da Academia Vianense de Letras, da Academia Imperatrizense de Letras e representante, no Maranhão, do Instituto Brasileiro de Direito de Família.

Daniel Leite é procurador do Município de São Luís (MA), onde já exerceu os cargos de chefe da assessoria especial do procurador-geral e de procurador-geral adjunto. Também foi presidente da Comissão Central de Licitação de São Luís; Diretor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão; e atualmente exerce ainda a advocacia, com ênfase nas searas eleitoral e administrativa.

Eduardo José Leal Moreira é bacharel em Direito (UFMA), há 15 anos advogando, pós-graduando em Gestão Portuária (UFMA), especialista em Direito Tributário, Administrativo, Civil, Portuário e Societário. É vice-presidente do Instituto Maranhense de Estudos Tributários, membro mais antigo do Tribunal de Ética Disciplinar da OAB-MA.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

'PARA 2015'

Plenário aprova Orçamento do Governo do Maranhão

Em sessão extraordinária, o Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na manhã desta quarta-feira (17), o Projeto de Lei N° 196/2014, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Maranhão para o exercício financeiro de 2015. De acordo com esta proposta, encaminhada pela então governadora Roseana Sarney, o Orçamento de 2015 conta com receita total estimada no valor de R$ 15.885.374.282,00 (quinze bilhões, oitocentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais).

O Projeto de Lei Nº 196/2014, encaminhado mediante a Mensagem Nº 072/2014, datada de 30 de setembro de 2014, tramitou normalmente na Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa, com uma previsão orçamentária estimada em R$ 1,7 bilhão a mais que o executado no exercício de 2014.

O presidente da Comissão de Orçamento, deputado estadual Roberto Costa (PMDB), solicitou mediante requerimento escrito, e o Plenário aprovou, a realização da sessão ordinária na qual foi apreciado e aprovado o Orçamento do Estado para 2015.

ORÇAMENTOS - Pela Mensagem nº 072/14, o Projeto de Lei N° 196/2014 compreende a programação dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e dos Investimentos das Empresas na qual o Estado do Maranhão é detentor da maioria do capital social, abrangendo as ações de todos os órgãos e entidades dos três Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado.

A proposta orçamentária de 2015 está estimada em R$ 15.885.374.282,00 (quinze bilhões, oitocentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e setenta e quatro mil e duzentos e oitenta e dois reais), sendo destinado ao Orçamento Fiscal o montante de R$ 11.521.849.777,00 (onze bilhões, quinhentos e vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e nove mil e setecentos e setenta e sete reais), ao Orçamento da Seguridade Social, R$4.235.266.378,00 (quatro bilhões, duzentos e trinta e cinco milhões, duzentos e sessenta e seis mil e trezentos e setenta e oito reais), e ao Orçamento das

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Empresas Estatais controladas pelo Estado, R$128.258.127,00 (cento e vinte e oito milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e cento e vinte e sete reais).

Na mensagem à Assembleia Legislativa, a então governadora Roseana Sarney apresenta dados sobre o momento econômico no qual o Estado se encontra e dá subsídios para elaboração do Orçamento para o exercício financeiro de 2015.

A Mensagem Nº 072/14 destaca a importância dos recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que financiam o Programa Viva Maranhão - Investimentos Integrados para o Desenvolvimento Socioinclusivo, cujo objetivo principal é viabilizar investimentos capazes de complementar a infraestrutura social e econômica necessária à integração, otimização e aumento da competitividade dos empreendimentos privados que ora se implantam no Estado; e ainda promover a inclusão socioprodutiva de significativa parcela da população em situação de extrema pobreza.

'VIVA MARANHÃO' - A Mensagem informa que o Programa Viva Maranhão superou todas as metas estabelecidas junto ao BNDES, alcançando um recorde histórico de 555 obras em andamento em todo Estado, contemplando os 217 municípios.

O volume de pagamentos realizados até o mês de agosto de 2014 foi de aproximadamente R$ 650 milhões de reais, sendo a média dos dois últimos meses em torno de R$ 120 milhões de reais. Dos 3,8 bilhões de reais destinados ao Programa, foram contratados R$ 2,5 bilhões de reais, que correspondem a 66% do total dos recursos obtidos junto àquela Instituição Financeira.

No Exercício Orçamentário de 2015, são destacadas as ações do Programa Viva Maranhão, onde se encontra a maioria dos investimentos públicos com um Orçamento da ordem de 1,7 bilhão de reais. Deste montante, cercade 1,1 bilhão foram alocados na Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA), destinados às obras de infraestrutura que estão em andamento e outras que serão iniciadas em 2015.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUSTIÇA

Juiz é afastado após polêmica em aeroporto

O juiz Marcelo Testa Baldochi foi afastado ontem de suas funções pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. O magistrado protagonizou cena polêmica no aeroporto de Imperatriz, no dia 6, quando deu voz de prisão a três funcionários da TAM, após chegar atrasado para um voo. Segundo o desembargador Bayama Araújo, a decisão se deu por diversos motivos, entre elas a arbitrariedade das prisões.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Marcelo Baldochi é afastado pelo TJMA

Após denúncia de abuso de autoridade, o juiz Marcelo Testa Baldochi (**foto**) foi afastado preliminarmente do cargo pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. Também foi instaurado procedimento administrativo. Contra o magistrado há várias acusações.

GERAL 5

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUDICIÁRIO

Juiz é afastado

Apenas os desembargadores Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento do juiz Marcelo Baldochi. O magistrado vai enfrentar processo administrativo disciplinar

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa, ontem, o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, com a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro, no aeroporto de Imperatriz, quando o magistrado deu voz de prisão a funcionários de uma empresa aérea após não ter conseguido embarcar em voo com destino a Ribeirão Preto (SP). O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

KARLOS GEROMY/ O IMPARCIAL/DAPRESS

Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu por afastar o juiz Marcelo Baldochi de suas funções

O desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, que presidiu as investigações da sindicância, verificou indícios graves de infração disciplinar por parte do juiz, principalmente com a determinação imotivada da prisão dos funcionários da empresa aérea, manifestando-se pela instauração do PAD com afastamento preventivo, por entender que a permanência do magistrado no cargo, ante a instalação de um estado de pânico, poderia influenciar e atrapalhar o curso das investigações.

Durante a investigação preliminar, o desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo ouviu os funcionários da empresa aérea, o delegado responsável pelo caso e o juiz Marcelo Baldochi.

Ele ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do Ministério Público e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder, usurpação de competência, entre outras.

"Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado *in loco* ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante", frisou o desembargador.

Os desembargadores Antônio Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento e instauração do PAD, por entenderem que a medida nesse momento representaria cerceamento de defesa.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

■ O desembargador Lourival de Jesus Serejo foi eleito como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão durante sessão administrativa do Tribunal de Justiça.

■ Lourival Serejo assumirá a vaga do desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho (atual presidente do TRE-MA), cujo primeiro biênio encerra-se em 25 de fevereiro de 2015.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Desembargador Lourival Serejo (foto) eleito para o Tribunal Regional Eleitoral

POLÍTICA 2

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUDICIÁRIO

HONÓRIO MOREIRA/ O IMP/D.APRESS

Desembargador Lourival Serejo substituirá Froz Sobrinho no TRE

TJMA elege Lourival Serejo para o TRE-MA

O desembargador Lourival Serejo foi eleito, por unanimidade, ontem, membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O magistrado irá ocupar a vaga do desembargador Froz Sobrinho, atual presidente da Corte Eleitoral, cujo biênio se encerrará no dia 25 de fevereiro.

Ao término da votação, o futuro membro do Tribunal Regional Eleitoral, categoria Desembargador, agradeceu a todos pela receptividade ao seu nome, especialmente aos desembargadores Froz Sobrinho, a quem parabenizou pelo que definiu como brilhante administração; Guerreiro Junior, atual corregedor do TRE; Raimundo Barros, pelo espírito conciliador ao desistir de concorrer à vaga; e a Cleonice Freire, presidente do TJMA, pela confiança depositada.

"É uma satisfação muito grande, responsabilidade muito grande de ir para o TRE nesse momento em que se fala de reforma política, de estar lá participando desse movimento de ação cívica nacional", comemorou Lourival Serejo, que considerou sua eleição unânime um presente de Natal dado pelos colegas da Corte.

Nomeação

Os desembargadores Froz Sobrinho e Ricardo Duailibe também destacaram a nomeação, pela presidente Dilma Rousseff, na terça-feira (16), dos advogados Eduardo Moreira e Daniel Leite como membros efetivos do TRE/MA, categoria Jurista, para o próximo biênio.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Assembleia aprova orçamento

GLAUCIONE PEDROZO

Projeto de Lei Orçamentária (LOA) para 2015 é votado sem impasses na Assembleia Legislativa do Maranhão. A proposta enviada por mensagem governamental foi mantida, praticamente, em sua totalidade. Os únicos cortes, que resultaram em remanejamentos orçamentários, foram no Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado.

No Judiciário, por exemplo, apesar do corte de mais de R$ 500 milhões (e destes R$ 200 milhões somente com pessoal), o Legislativo maranhense entendeu a necessidade da construção de fóruns pelo estado e, por isso, autorizou investimentos na ordem de R$ 26 milhões. A mesma lógica foi seguida para o Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, que tiveram R$ 15 milhões e R$ 3.700 autorizados para investimentos.

Além disso, um total de 330 emendas de parlamentares ao orçamento foram analisadas pela Comissão de Orçamento da Assembleia. Destas, 57 foram rejeitadas.

O deputado Marcelo Tavares (PSB), membro da equipe de transição do governador eleito Flávio Dino (PCdoB), presidiu a sessão de aprovação do orçamento, que aconteceu em uma sessão extraordinária. De acordo com ele, a elaboração do orçamento foi conduzida da melhor forma a ser feita, visto os impasses de ter sido proposto pelo governo atual. "O processo de votação foi bem executado pela Comissão de Orçamento. O deputado Roberto Costa, que era o relator, também conduziu bem os trabalhos e nós conseguimos construir a melhor Lei Orçamentária possível para um início de governo, dada esta situação que ainda estamos frente a uma bancada de maioria do governo que sai, e essa proposta foi oriunda do governo que sai, mas diante desse cenário, o que era melhor para ser feito foi feito", afirmou.

Tavares declarou que, apesar dos entraves já conhecidos, Flávio Dino terá certa autonomia para fazer algumas modificações que garantirão a sua governabilidade. "Avançamos naquilo que era possível, naquilo que não era possível ainda avançaremos, 2015 será um ano de conversas. O orçamento pode ser modificado até um certo limite e eu entendo que tanto o Judiciário, quanto o Executivo, terão a capacidade de diálogo e as coisas também transcorram com normalidade", disse.

Após conversar sobre alguns pontos, Marcelo Tavares afirmou que algumas áreas deverão ter avanços construídos a partir de políticas públicas eficazes, como é o caso da Educação. "A verba da Educação é também aquilo que determina a Constituição, os 25% mínimos e a intenção do governo Flávio Dino é dar maior ênfase à área educacional. Agora é um processo a ser construído, você não faz do dia para a noite, é preciso escolher bem as políticas públicas para que elas deem o resultado que a população espera", ressaltou.

O deputado Roberto Costa (PMDB), presidente da Comissão de Orçamento e relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015, foi uma das peças-chaves na condução do processo. Ele, que se consolidou nesta legislatura por defender os interesses do atual governo, afirmou que entendeu que era preciso deixar as bandeiras partidárias de lado para construir uma peça orçamentária justa. "Nesse momento nós temos que nos desarmar e deixar as nossas bandeiras políticas e partidárias de lado e fazer um orçamento que possa ser cumprido em sua integralidade e possa atender os anseios da população do Maranhão", refletiu.

Costa afirmou que contou com o apoio de parlamentares de oposição, que irão ajudar na execução do orçamento que foi aprovado, como o caso do deputado Marcelo Tavares, que será secretário-chefe da Casa Civil. "Foi um orçamento, em minha opinião, extremamente transparente, trouxemos lideranças do próximo governo, que irão, na verdade, executar esse orçamento, para a discussão. Foi feito a quatro mãos", disse.

Sobre a votação, que aconteceu sem grandes discussões, Roberto Costa atribui ao fato de ter sido um Projeto que contou com o apoio de todos os parlamentares. "Os interesses do povo do Maranhão prevaleceram, por isso conseguimos fazer uma votação tranquila e com o apoio de todos os colegas da Assembleia", afirmou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CASO BRUNNO MATOS

Juiz realiza audiência de instrução e diz que crime está esclarecido

A Segunda Vara do Tribunal do Júri realizou, ontem, a primeira audiência (**foto**) de instrução do processo referente ao assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares. O juiz Gilberto de Moura Lima diz que a morte está esclarecida e somente falta definir a participação de cada pessoa no crime. Ele crê que o caso vá a júri popular.

URBANO

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CASO BRUNNO

Audiência de instrução ouve testemunhas e acusados

Juiz afirma que novas audiências serão marcadas e que, provavelmente, o caso irá a júri popular. Para o magistrado, a morte do advogado Brunno Matos está esclarecida e precisa somente definir a participação de cada pessoa no crime. A audiência durou o dia todo de ontem no fórum

Na manhã de ontem, no salão de sessões da 2ª Vara do Tribunal do Júri, do Fórum Desembargador Sarney Costa, ocorreu a primeira audiência de instrução e julgamento do processo referente ao assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares e a tentativa de homicídio contra Alexandre Matos Soares, Kelvin Chiang e Wesley Carvalho de Oliveira. A audiência foi presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima, sendo encerrada somente às 17h.

O processo tem como acusados Carlos Humberto Marão Filho, João José Nascimento Gomes e Diego Henrique Marão Polary. Foram convocadas, por meio do Ministério Público, 29 testemunhas que foram ouvidas durante a audiência. Entre vítimas e testemunhas, mais de 40 pessoas deram seus depoimentos e participaram diretamente da audiência. O juiz Gilberto de Moura Lima afirmou antes da audiência que, apesar da falta de conclusão em alguns laudos e ausência de provas de materialidade, os depoimentos serão fundamentais para o esclarecimento do caso e para juntar as informações e provas que já constam nos autos. "É provável que este caso vá a júri popular, este é só o primeiro passo, pois ainda teremos uma audiência em plenário, onde quem irá decidir o desfecho será o júri mediante as provas dos fatos", finalizou o juiz.

A acusação neste primeiro momento ficou a cargo do promotor de Justiça Agamenon Batista de Almeida Junior. Ele declarou que a audiência de instrução tem como objetivo ouvir os depoimentos das testemunhas, e todos os envolvidos no caso, além de analisar e confrontar os laudos médicos com as declarações. "Esse momento é para verificar os detalhes cruciais para a resolução do caso, esclarecer todas as dúvidas que ainda há em torno do assunto. Somente após isso é que a sentença pode ser dada e, se o caso for a júri popular, será composto por sete pessoas da sociedade e eles então irão decidir quem são os autores do crime", explicou o promotor.

O promotor de Justiça acrescentou ainda que a expectativa do Ministério Público é que nessa audiência as testemunhas possam esclarecer o máximo de dúvidas que ainda existem em alguns depoimentos dos envolvidos no caso. Porém, afirmou que há indícios suficientes relatados nos autos e que serão apenas comprovados na audiência.

Estavam presentes na audiência, além dos advogados de acusação nomeados pela família Rafael Moreira lima, Melhen Saad Neto e Antônio Ítalo Leite e os de defesa Luís Felipe Reis Martins, Aldivio Nogueira Júnior e Beneveluto Serejo, o advogado Carlos Brissac, representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seccional do Maranhão, uma vez que Brunno Eduardo Matos Soares, no período dos fatos, encontrava-se devidamente inscrito na OAB. O advogado Carlos Brissac ressaltou que presença dele na audiência é apenas para garantir a legalidade do processo, observar e se, caso houver necessidade, fazer alguma intervenção.

O advogado de defesa de Carlos Marão, Luís Felipe Martins, afirmou que o seu cliente é inocente e que nesta audiência ele poderá mostrar a verdade a qual ele sustenta desde o início das investigações. "Ele não cometeu crime algum, ele vai sair daqui

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

hoje livre. Meu cliente nunca assumiu nada, e vamos mostrar isso aqui. A participação dele no crime é mínima, vamos comprovar sua inocência", comentou o advogado.

Durante o período da tarde, caminhando para o encerramento da audiência de instrução, foram ouvidos os depoimentos considerados como principais para o desfecho do caso. O vigilante João José Nascimento relatou que não foi o culpado pelo assassinato de Bunno e alegou ter sido pressionado a confessar o crime, pois sofreu ameaças caso fizesse o contrário. João também explicou que no dia do crime ele estava fazendo rondas pela rua de bicicleta e, durante a briga, estava procurando a cadela que pertence a Carlos Marão. Ao transitar nas proximidades onde estava ocorrendo a briga a sua faca teria caído do bolso da calça.

Já Carlos Humberto Marão Filho afirmou, durante a audiência, que houve realmente um desentendimento que resultou na morte de Brunno, porém, comentou que Diego Polary não estava na hora do crime. Diego Polary também alegou que não se encontrava no local do crime e que estava dormindo em outra casa, longe do local onde tudo aconteceu. É importante destacar que, a partir de hoje, o juiz irá divulgar o prazo permitido para as alegações finais e oficializará a data para a próxima audiência. Apesar de tudo caminhando para uma decisão através de júri popular, os acusados poderão recorrer ao Tribunal de Justiça para tentar anular essa decisão.

Entenda o caso

O advogado Brunno Eduardo Matos, de 29 anos, foi assassinado na madrugada do dia 6 de outubro, no comitê de campanha do senador Roberto Rocha, no bairro Olho dÁgua, em São Luís do Maranhão. Além de Brunno, duas outras pessoas foram feridas e chegaram a ser hospitalizadas em estado grave: Alexandre Soares, irmão do advogado e Kelvin Chiang. No momento, ambos estão bem e participando diretamente para a resolução do caso. Os principais suspeitos são Carlos Humberto Marão Filho, de 38 anos, e o vigilante João José Nascimento Gomes, que estão presos e devem continuar detidos até o fim das investigações. Um terceiro nome, Diego Polary, também está sendo investigado sob suspeita de participação no crime.

No dia 23 de outubro, a Central de Inquéritos de São Luís remeteu o inquérito policial do caso para o Setor de Distribuição do Fórum Des. Sarney Costa. No requerimento do Ministério Público, divulgado no dia 6 de novembro, o magistrado determinou ao Instituto Médico Legal (IML) que encaminhasse os laudos das vítimas e exames complementares; exame toxicológico realizado em um dos acusados e o exame complementar em razão de lesões sofridas pelo acusado e descritas em laudo.

Nos últimos dias, a Polícia Civil instaurou uma comissão, que tem como objetivo concluir o inquérito. Os delegados Jeffrey Furtado e Guilherme Silva são alguns dos responsáveis pela comissão.Outro ponto decisivo para o caso foi a realização de reprodução simulada dos fatos (reconstituição do crime), realizada pela delegada-geral da Polícia Civil do Maranhão e o Instituto de Criminalística (Icrim). Recentemente, também ocorreu a acareação entre as vítimas Alexandre Soares e Kelvin Chiang e o denunciado Diego Polary. Atualmente, a polícia também providenciou as fitas de vigilância de todas as residências próximas ao local do crime, mostrando apenas as imagens do dia do fato, que tem como intuito apresentar maiores esclarecimento sobre o assassinato de Brunno Matos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUIZ REALIZA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E DIZ QUE CRIME ESTÁ ESCLARECIDO

Durante audiência, Carlos Marão negou participação no assassinato do advogado. Já umas das vítimas não tem certeza de quem esfaqueou Brunno

É provável que este caso vá a júri popular, este é só o primeiro passo, pois ainda teremos uma audiência em plenário, onde quem irá decidir o desfecho será o júri mediante as provas dos fatos

Gilberto de Moura Lima,
juiz

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juiz Marcelo Baldochi é afastado preliminarmente pelo TJMA

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa nessa quarta-feira (17), o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, com a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro no aeroporto de Imperatriz, quando o magistrado deu voz de prisão a funcionários de uma empresa aérea após não ter conseguido embarcar em voo com destino a

Ribamar Pinheiro

Ribeirão Preto (SP). O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

O desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, que presidiu as investigações da sindicância, verificou indícios graves de infração disciplinar por parte do juiz, principalmente com a determinação imotivada da prisão dos funcionários da empresa aérea, manifestando-se pela instauração do PAD com afastamento preventivo, por entender que a permanência do magistrado no cargo, ante a instalação de um estado de pânico, poderia influenciar e atrapalhar o curso das investigações.

Durante a investigação preliminar, o desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo ouviu os funcionários da empresa aérea, o delegado responsável pelo caso e o juiz Marcelo Baldochi.

Ele ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do Ministério Público e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder, usurpação de competência, entre outras.

"Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado in loco ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante", frisou o desembargador.

Os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento e instauração do PAD, por entenderem que a medida nesse momento representaria cerceamento de defesa. ***(Juliana Mendes / AsscomTJMA)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUIZ BALDOCHI É AFASTADO POR ABUSO DE PODER

O juiz Marcelo Baldochi, titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz, no Maranhão, foi afastado do cargo por abuso de poder após dar voz de prisão aos funcionários da TAM que o impediram de embarcar por atraso. **Página 6**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juiz Marcelo Baldochi é afastado por abuso de poder

O juiz Marcelo Baldochi, titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz, no Maranhão, foi afastado do cargo por abuso de poder após dar voz de prisão aos funcionários da TAM que o impediram de embarcar por atraso.

A decisão pelo afastamento foi anunciada na manhã desta quarta-feira (17) pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), após conclusão de sindicância da Corregedoria de Justiça (CGJ-MA), que apurou a conduta do magistrado. Baldochi poderá recorrer, mas permanecerá afastado do cargo até que haja nova decisão.

A assessoria do TJ-MA informou por telefone ao G1 que o juiz, mesmo afastado, continuará recebendo o salário, conforme a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Marcelo Baldochi não quis comentar o assunto.

De acordo com o TJ-MA, será aberto processo administrativo disciplinar para a investigação final sobre o caso e para outras denúncias que a sindicância já recebeu em relação a Marcelo Baldochi.

O prazo para conclusão das investigações da comissão é de no máximo 30 dias, mas a previsão é de que o relatório seja entregue antes do fim do ano.

Entenda - Três funcionários da TAM foram levados para o Plantão Central da Polícia Civil de Imperatriz após terem recebido ordem de prisão do juiz, que havia sido impedido de entrar na aeronave minutos após os procedimentos de embarque terem sido encerrados.

Em 2007, fiscais do Ministério do Trabalho resgataram 25 pessoas que trabalhavam em situação análoga à escravidão na fazenda do magistrado, em Açailândia, no Maranhão. Eles não tinham carteira assinada e nem as mínimas condições de segurança e de higiene.

Na época, Baldochi teria assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) por meio do qual se comprometeu "a não maltratar empregados". Ele pagou R$ 38 mil em direitos trabalhistas.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já representou contra o juiz por denúncias de "humilhação" e "tentativas de dificultar o trabalho dos advogados na região".

De acordo com o presidente da OAB-MA Mário Macieira, são recorrentes as denúncias contra Baldochi por desrespeito às prerrogativas do advogado. Ele afirma que seccional protocolará nova representação ao CNJ contra o magistrado.

Do G1 MA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Plenário aprova Orçamento do Governo do Maranhão para 2015

Em sessão extraordinária, o Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na manhã desta quarta-feira (17), o Projeto de Lei N° 196/2014, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Maranhão para o exercício financeiro de 2015. De acordo com esta proposta, encaminhada pela então governadora Roseana Sarney, o Orçamento de 2015 conta com receita total estimada no valor de R$ 15.885.374.282,00 (quinze bilhões, oitocentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais).

O Projeto de Lei Nº 196/2014, encaminhado mediante a Mensagem Nº 072/2014, datada de 30 de setembro de 2014, tramitou normalmente na Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa, com uma previsão orçamentária estimada em R$ 1,7 bilhão a mais que o executado no exercício de 2014.

O presidente da Comissão de Orçamento, deputado estadual Roberto Costa (PMDB), solicitou mediante requerimento escrito, e o Plenário aprovou, a realização da sessão ordinária na qual foi apreciado e aprovado o Orçamento do Estado para 2015.

Pela Mensagem nº 072/14, o Projeto de Lei N° 196/2014 compreende a programação dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e dos Investimentos das Empresas na qual o Estado do Maranhão é detentor da maioria do capital social, abrangendo as ações de todos os órgãos e entidades dos três Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado.

A proposta orçamentária de 2015 está estimada em R$ 15.885.374.282,00 (quinze bilhões, oitocentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e setenta e quatro mil e duzentos e oitenta e dois reais), sendo destinado ao Orçamento Fiscal o montante de R$ 11.521.849.777,00 (onze bilhões, quinhentos e vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e nove mil e setecentos e setenta e sete reais), ao Orçamento da Seguridade Social, R$4.235.266.378,00 (quatro bilhões, duzentos e trinta e cinco milhões, duzentos e sessenta e seis mil e trezentos e setenta e oito reais), e ao Orçamento das Empresas Estatais controladas pelo Estado, R$128.258.127,00 (cento e vinte e oito milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e cento e vinte e sete reais).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Comissão de Regularização Fundiária define atividades

O processo de Regularização Fundiária do Município de Santa Inês está avançando para a parte prática, depois da reunião realizada no último dia 10 deste mês de dezembro. No encontro, mediado pela diretora do Fórum de Justiça da Comarca de Santa Inês, juíza Maricélia Costa Gonçalves, ficaram definidos os próximos passos a serem dados para a regularização fundiária.

O estabelecimento da regularização fundiária das terras de Santa Inês é um anseio do prefeito José de Ribamar Costa Alves, que, através da Prefeitura Municipal, está dando todo o suporte necessário ao processo. Para dar início à parte prática do processo, um primeiro encontro foi realizado no dia 27 de novembro, onde foi apresentado o assessor técnico da Corregedoria de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), Lourival da Silva Ramos Júnior, que é especialista em processos de Regularização Fundiária no Estado.

Ele participou de reunião proposta pela Prefeitura de Santa Inês, em que estiveram presentes representantes dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo; do Ministério Público do Estado do Maranhão; da Vara de Registros Públicos da Comarca de Santa Inês; OAB, Subseção Santa Inês; e representantes do Cartório do 1º Ofício Extrajudicial de Santa Inês. Sob a coordenação da juíza Maricélia Gonçalves, as reuniões estão ocorrendo sempre na Sala do Juizado Especial da Comarca de Santa Inês.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TRIBUNAL AFASTA JUIZ QUE DEU VOZ DE PRISÃO A FUNCIONÁRIOS DA TAM

O juiz Marcelo Testa Baldochi – que mandou prender três funcionários da empresa aérea TAM, no aeroporto de Imperatriz (a 636 km de São Luís), após chegar atrasado para um vôo e ser impedido de embarcar – foi afastado de suas funções na manhã de ontem (17). Também foi aberto um processo administrativo disciplinar (PAD) contra o magistrado. O juiz pode recorrer da decisão. PÁGINA 6

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

IMPERATRIZ

Juiz que deu voz de prisão a funcionários da TAM é afastado

OSWALDO VIVIANI

O juiz Marcelo Testa Baldochi – que mandou prender três funcionários da empresa aérea TAM, no aeroporto de Imperatriz (a 636 km de São Luís), após chegar atrasado para um vôo e ser impedido de embarcar – foi afastado de suas funções na manhã de ontem (17). Também foi aberto um processo administrativo disciplinar (PAD) contra o magistrado. O juiz pode recorrer da decisão.

O afastamento, que é por tempo indeterminado, foi decidido na última sessão administrativa do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão antes do recesso de fim de ano. O juiz já responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

O desembargador Antonio Fernando Bayma Araujo, que presidiu a comissão de sindicância do TJ-MA que foi a Imperatriz nesta semana ouvir os envolvidos, e ontem propôs no plenário do TJ-MA o afastamento do juiz, disse ao **Jornal Pequeno** que "ficou evidenciado, no caso, o abuso de autoridade do magistrado e seu mau exemplo para o todo o Poder Judiciário".

Segundo Bayma, foram verificados "indícios graves de infração disciplinar por parte do juiz, principalmente com a determinação imotivada da prisão dos funcionários da empresa aérea".

Para Bayma, foi necessária a instauração do PAD, com afastamento preventivo, pois "a permanência do magistrado no cargo, ante a instalação de um estado de pânico, poderia influenciar e atrapalhar o curso das investigações".

Durante a investigação preliminar, o desembargador ouviu os funcionários da empresa aérea, o delegado responsável pelo caso, Francisco de Assis Ramos, e o juiz Marcelo Baldochi.

Bayma Araujo ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do Ministério Público e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder, usurpação de competência, entre outras.

"Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado in loco ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante", frisou o desembargador.

Os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento e instauração do PAD, por entenderem que a medida nesse momento representaria cerceamento de defesa.

VOZ DE PRISÃO – O episódio da prisão dos três funcionários da TAM ocorreu na noite do último dia 6, no aeroporto Renato Cortez Moreira, em Imperatriz, e foi gravado num celular por uma pessoa que estava presente no guichê da empresa aérea.

"Quietinho. O senhor está presinho, não sai daqui. Pra aprender a respeitar o consumidor", pode-se ouvir o magistrado dizer a um atendente da TAM. "E o senhor também", diz o juiz a outro funcionário

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

que supostamente tenta intervir a favor do colega.

A Polícia Militar foi chamada e conduziu três funcionários apontados pelo juiz ao Plantão da 10ª Delegacia Regional de Imperatriz. Eles foram ouvidos e, em seguida, liberados.

O **JP** apurou que um dos funcionários conduzidos à polícia, o despachante de vôo Argemiro Augusto, disse a colegas de trabalho que se sentiu "humilhado" pelo juiz, já que os procedimentos de embarque já haviam sido encerrados.

Outro funcionário conduzido, o agente de bagagem Alessandro Rodrigues, afirmou, em reportagem do "Fantástico", que "é triste para um pai de família sair de casa para trabalhar e de repente se deparar com uma situação dessa".

CARTA PÚBLICA NA INTERNET – Até agora, o juiz, apesar de sempre procurado, não quis falar diretamente com a imprensa, mas diante da repercussão do caso, Marcelo Baldochi prestou esclarecimentos em carta pública divulgada na internet:

"O voo marcado para as 21h02 admitia o embarque, segundo as normas de aviação civil e do que consta do próprio bilhete, 15 minutos antes da partida", disse.

"Todavia, mesmo com o *check-in* em mãos, às 20h32, os passageiros Marcelo Baldochi e Camila Costa foram impedidos de embarcar sob a alegação de que deveriam estar no local às 20h", relatou o juiz.

O magistrado ainda disse que o agente da TAM não prestou qualquer informação e disse que "não era problema dele", isolando-se numa sala da companhia

Baldochi informou ter registrado às 20h42 uma ocorrência na Infraero/Anac, contra a companhia e seu agente. Por fim Baldochi ainda afirmou que "o agente incorreu em ilícito civil e criminal, e toda e qualquer pessoa pode dar voz de prisão e chamar a polícia".

"Está na lei e ali se fazia presente um consumidor que exigia seus direitos", completou.

TRABALHO ESCRAVO – O magistrado – que é paulista e atuou por mais de seis anos na comarca de Senador La Rocque, mas que atualmente estava na 4ª Vara Cível de Imperatriz – já foi acusado pela fiscalização do grupo móvel do Ministério do Trabalho, em 2007, de se utilizar de 25 trabalhadores em situação degradante (análoga à escravidão) numa propriedade sua – a Fazenda Pôr do Sol, em Bom Jardim (MA). Em 2011, Marcelo Baldochi foi condenado pela Justiça maranhense a indenizar em R$ 31 mil quatro desses trabalhadores – um deles menor de idade, na época.

Em dezembro de 2012, o juiz foi agredido a facadas e pauladas por um "flanelinha", a quem não teria aceitado dar dinheiro, na saída de uma pizzaria, em Imperatriz.

Três entidades da magistratura – Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Maranhão – condenaram a atitude do juiz de dar voz de prisão aos trabalhadores da empresa aérea após chegar atrasado ao aeroporto e perder um vôo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

▼ DESCE

Por conta do episódio no guichê da TAM, em que deu ordem de prisão aos funcionários por não conseguir embarcar, foi decidido, em reunião do pleno do Tribunal de Justiça, que o juiz Marcelo Baldochi, titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz deverá se afastar de suas atribuições jurídicas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Daniel Leite no TRE

O advogado Daniel Leite, que defendeu o ex-governador Jackson Lago no processo de cassação montado pelo grupo Sarney, é o mais novo integrante do Tribunal Regional Eleitoral, em substituição ao advogado Daniel Blume, que estava como membro substituto.

Com a saída do advogado representante da OAB-MA, Sérgio Muniz, o Tribunal de Justiça ainda não tinha elegido o jurista para a vaga, escolhendo apenas Blume como substituto. Na manhã desta quarta-feira, Daniel Leite foi indicado para compor o plenário do TRE-MA.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Novo titular

O desembargador Lourival Serejo foi eleito, por unanimidade, ontem, membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça. O magistrado irá ocupar a vaga do desembargador Froz Sobrinho, atual presidente da Corte Eleitoral, cujo biênio se encerrará no dia 25 de fevereiro.

Ao término da votação, o futuro membro do Tribunal Regional Eleitoral, categoria Desembargador, agradeceu a todos pela receptividade ao seu nome, especialmente aos desembargadores Froz Sobrinho, a quem parabenizou pelo que definiu como brilhante administração; Guerreiro Junior, atual corregedor do TRE; Raimundo Barros, pelo espírito conciliador ao desistir de concorrer à vaga; e a Cleonice Freire, presidente do TJMA, pela confiança depositada.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Desembargador Lourival Serejo é eleito novo membro efetivo do TRE

O desembargador Lourival de Jesus Serejo foi eleito, ontem, membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão durante sessão administrativa do Tribunal de Justiça. Ele assumirá a vaga do desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho (atual presidente do TRE-MA), cujo primeiro biênio encerra-se em 25 de fevereiro de 2015.

Os desembargadores Froz Sobrinho (presidente) e Guerreiro Júnior (corregedor) informaram ao colega que ele encontrará um Tribunal harmônico, onde membros e servidores estão em sintonia. Eles também desejaram sucesso na jornada que se iniciará em breve.

Nomeações – A presidente Dilma Roussef nomeou na terça-feira (16) os advogados Daniel Leite e Eduardo Moreira como membros efetivos do TRE-MA na categoria jurista. Eles devem tomar posse em janeiro, em data a ser confirmada pela Corte do Regional.

O anúncio das nomeações foi feito pelos desembargadores Ricardo Duailibe e Froz Sobrinho no pleno do TJMA, que destacaram a atuação profissional de ambos.

Eduardo Moreira já funcionava como membro substituto do TRE-MA desde dezembro de 2013. Já Daniel Leite assume no lugar de Daniel Blume, que permanece como membro substituto.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Assembleia Legislativa aprova orçamento do Governo do Estado para 2015

PÁGINA 3

Assembleia aprova orçamento do governo do estado para 2015

Em sessão extraordinária, o Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, ontem, o projeto que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Maranhão para 2015. De acordo com esta proposta, encaminhada pela então governadora Roseana Sarney, o Orçamento de 2015 conta com receita total estimada no valor de R$ 15.885.374.282,00 (quinze bilhões, oitocentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais).

O projeto compreende a programação dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e dos Investimentos das Empresas na qual o Estado do Maranhão é detentor da maioria do capital social, abrangendo as ações de todos os órgãos e entidades dos três Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado.

A proposta orçamentária está estimada em R$ 15.885.374.282,00, sendo destinado ao Orçamento Fiscal R$ 11.521.849.777,00, ao Orçamento da Seguridade Social, R$4.235.266.378,00, e ao Orçamento das Empresas Estatais controladas pelo Estado, R$128.258.127,00.

A Mensagem destaca a importância dos recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que financiam o Programa Viva Maranhão – Investimentos Integrados para o Desenvolvimento Sócio-inclusivo, cujo objetivo principal é viabilizar investimentos capazes de complementar a infraestrutura social e econômica necessária à integração, otimização e aumento da competitividade dos empreendimentos privados que ora se implantam no Estado; e ainda promover a inclusão sócio-produtiva de significativa parcela da população em situação de extrema pobreza.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CASO BRUNNO MATOS

EM AUDIÊNCIA, IRMÃO DO ADVOGADO APONTA DIEGO POLARY COMO AUTOR

C. FERREIRA

Marão, Diego Polary e o vigia João José na audiência no Fórum de São Luís

Alexandre Matos Soares apontou Diego Polary como autor dos golpes de faca que mataram o advogado Brunno Matos Soares, na madrugada do dia 6 de outubro deste ano. A declaração ocorreu na primeira audiência de instrução e julgamento do processo referente ao crime, realizada ontem (17), no Fórum Desembargador Sarney Costa. PÁGINA 12

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CASO BRUNNO MATOS

Em audiência, irmão do advogado aponta Diego Polary como autor

LUISA PINHEIRO
ESPECIAL PARA O JP

G. FERREIRA

Marão, Diego Polary e o vigia João José durante a audiência no Fórum de São Luís

Alexandre Matos Soares apontou Diego Polary como autor dos golpes de faca que mataram o advogado Brunno Matos Soares, na madrugada do dia 6 de outubro deste ano. A declaração ocorreu na primeira audiência de instrução e julgamento do processo referente ao crime, realizada ontem (17), no Fórum Desembargador Sarney Costa.

A audiência, presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima, também foi referente à tentativa de homicídio contra Alexandre Matos Soares, Kelvin Chiang e Wesley Carvalho de Oliveira. A acusação ficou a cargo do promotor de justiça Agamenon Batista de Almeida Júnior.

Durante todo o dia, foram ouvidas as vítimas, cerca de vinte testemunhas e os acusados Carlos Humberto Marão Filho, João José Nascimento Gomes e Diego Henrique Marão Polary. Este último é o único que responde ao processo em liberdade.

As vítimas contaram que o crime aconteceu quando eles saíam da festa de comemoração da eleição, para o Senado, do candidato Roberto Rocha (PSB) por volta das 5h da madrugada do dia 6 de outubro. Segundo elas, outras pessoas que também estavam na festa avisaram que Carlos Humberto Marão teria quebrado os retrovisores de alguns carros. A briga começou quando Brunno Matos foi tomar satisfação com Marão.

Alexandre Matos Soares, de 25 anos, irmão do advogado e o primeiro a prestar depoimento, confirmou que Diego Polary desferiu o golpe de faca em seu abdômen após atacar Brunno, que ficou caído no chão. Kelvin Chiang, 26, disse que não sabe quem desferiu o golpe de faca em suas costas, mas viu Diego Polary a poucos metros após ser atacado.

Wesley Carvalho de Oliveira, 26, caiu em um buraco na calçada enquanto Brunno Matos conversava com Marão, perto da casa do acusado, e não viu nenhum dos ataques. Wesley contou que Marão tentou agredir Kelvin e Alexandre após os dois serem esfaqueados.

Segundo Alexandre, o vigia João José Nascimento Gomes estava perto de Marão quando o depoente e seu irmão foram conversar sobre os danos materiais do carro. Mas, durante a conversa, Marão teria pedido que o vigia levasse os cachorros dele, soltos na rua, para dentro de casa. Nenhuma das vítimas disse ter visto João José Nascimento Gomes durante a briga. Eles também afirmaram que Marão não estava com nenhuma faca e não souberam informar de onde teria vindo Diego Polary.

O advogado César Freitas, assistente da acusação, chegou a pedir o adiamento da audiência para que a perícia da arma do crime seja anexada aos autos do processo, mas o juiz indeferiu o pedido. Segundo Freitas, haveria a possibilidade de duas facas terem sido usadas no crime.

Durante a tarde, prestaram depoimento as testemunhas de defesa e os acusados. O vigia voltou a negar sua participação no crime e disse que esteve no local com uma faca na cintura, mas não sabe se a arma caiu ou alguém pegou de sua cintura.

Diego Polary manteve a sua versão, negando envolvimento no crime e disse que estava dormindo, tendo acordado quando seu tio chegou em casa. Marão alegou que os quatro jovens bateram nele e que só apanhou, tendo visto eles feridos e correu para casa, encontrando Diego dormindo. Ele atribuiu ao vigia a responsabilidade pelos golpes que vitimaram Brunno Matos.

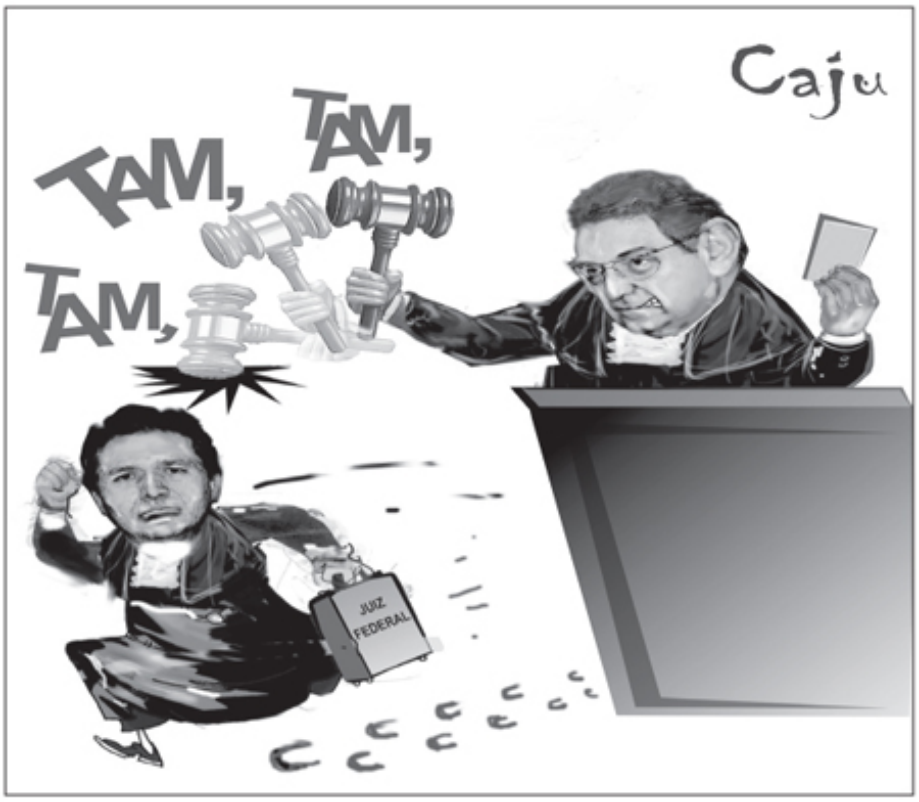
Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Atendimento suspenso

O juiz titular da 1ª Vara Cível de São Luís, Josemar Lopes Santos, suspendeu o atendimento a partes e advogados na unidade, de 22 de dezembro a 06 de janeiro. Durante o período, as atividades serão internas e conforme escala de revezamento a ser posteriormente definida.

A medida se deve, entre outras considerações, à necessidade de reorganização do acervo processual da Vara de modo a garantir uma melhor prestação jurisdicional, e de organização da Correição Ordinária de 2015.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juiz é afastado por abuso no MA

O Tribunal de Justiça do Maranhão afastou o juiz Marcelo Testa Baldochi, que mandou prender três funcionários da TAM após chegar atrasado e ser barrado em voo. PÁGINA 10

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ-MA afasta juiz que mandou prender funcionários da TAM

Comissão de sindicância enxergou 'abuso de autoridade' e 'mau exemplo'

OSWALDO VIVIANI*
opais@oglobo.com.br

-SÃO LUÍS- O juiz Marcelo Testa Baldochi, que mandou prender três funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz (MA), depois de chegar atrasado para um voo e ser impedido de embarcar, foi afastado de suas funções na manhã de ontem. Também foi aberto um processo administrativo disciplinar contra ele. O juiz pode recorrer da decisão.

O afastamento, que é por tempo indeterminado, foi decidido na última sessão ordinária do Tribunal de Justiça do Maranhão antes do recesso de fim de ano. O desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, que presidiu a comissão de sindicância do TJ-MA, foi a Imperatriz para ouvir os envolvidos e propôs o afastamento do juiz, disse ao GLOBO que "ficou evidenciado, no caso, o abuso de autoridade do magistrado e seu mau exemplo para o todo o Poder Judiciário".

O episódio da prisão dos três funcionários da TAM ocorreu na noite do último dia 6, no aeroporto Renato Cortez Moreira, em Imperatriz, e foi gravado num celular por uma pessoa que estava no guichê da empresa aérea.

A Polícia Militar foi chamada e conduziu três funcionários apontados pelo juiz ao Plantão da 10ª Delegacia Regional de Imperatriz. Eles foram ouvidos e, em seguida, liberados. O despachante de voo Argemiro Augusto disse a colegas de trabalho que se sentiu "humilhado" pelo juiz. Ele afirma que os procedimentos de embarque já haviam sido encerrados. O agente de bagagem Alessandro Rodrigues afirmou ao "Fantástico" que "é triste para um pai de família sair de casa para trabalhar e, de repente, se deparar com uma situação dessa".

JUIZ NÃO COMENTA

Procurado, o juiz não quis comentar o assunto. Em nota emitida logo após o incidente, afirmou que "o voo marcado para as 21h02 admitia o embarque, segundo as normas de aviação civil e do que consta do próprio bilhete, 15 minutos antes da partida. Todavia, mesmo com o check-in em mãos, às 20h32, os passageiros Marcelo Baldochi e Camila Costa foram impedidos de embarcar sob a alegação de que deveriam estar no local às 20h".

Em 2007, o magistrado, que é paulista e atua na 4ª Vara Cível de Imperatriz, foi acusado pela fiscalização do grupo móvel do Ministério do Trabalho de utilizar 25 trabalhadores em situação degradante (análoga à escravidão) em sua propriedade: a Fazenda Pôr do Sol, em Bom Jardim (MA). Em 2011, Baldochi foi condenado pela Justiça maranhense a indenizar quatro desses trabalhadores em R$ 31 mil. (**Especial para O GLOBO*) ●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação